



INFORMATIVO GIAC 235, de 20 de outubro de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

Ministério da Saúde prestou informações ao Giac sobre eventual aplicação de vacinas vencidas contra a covid-19 na população carcerária

Em atendimento a pedido da Pastoral Carcerária Nacional (CNBB) e do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), encaminhado em julho/2021 ao Ministério da Saúde, o órgão sanitário prestou informações ao MPF sobre eventual aplicação de vacinas contra a covid-19 vencidas na população carcerária.

De acordo com a pasta, em virtude das projeções contratualizadas e disponibilidade de doses no mercado mundial, o Ministério da Saúde pode receber lotes de vacinas com curto prazo de validade. Assim, para evitar a aplicação de imunizantes vencidos, destacou que "reforça por meio dos Informes Técnicos que a primeira vacina que vence é a primeira que deve sair, de modo a possibilitar a logística necessária de distribuição aos municípios e administração na população-alvo, em tempo hábil antes do vencimento".

Mesmo com a referida recomendação, o órgão informou que 219 doses de vacinas foram administradas como primeira dose ou dose única, após a expiração do prazo de validade, em indivíduos pertencentes ao grupo "População Privada de Liberdade".

Nesses casos, o Ministério da Saúde esclareceu a obrigatoriedade da notificação do fato como "erro de imunização" no e-Sus Notifica. Além disso, frisou que a dose administrada fora do prazo, não poderá ser considerada válida, sendo recomendada a revacinação em um intervalo de 28 dias.

Íntegra

[Ofício nº 2654/2021/SVS/MS](#)

Giac solicitou esclarecimentos ao Ministério da Saúde sobre a habilitação à dose de reforço da vacina contra a covid-19 das pessoas que participaram de ensaios clínicos ou que foram imunizadas no exterior

Após receber questionamento do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) relativo à comprovação de vacinação contra a covid-19 para fins de aplicação da terceira dose em pessoas que tomaram alguma dose do imunizante durante a realização de ensaios clínicos ou que foram imunizados em outros países, o

Giac solicitou ao Ministério da Saúde orientações de como os municípios devem proceder nesses casos. Segundo o GNDH, no que se refere aos imunizados em ensaios clínicos, os municípios alegam que não possuem informações pertinentes sobre vacinação anterior, uma vez que as instituições que promoveram os estudos mantêm os dados dos voluntários sob sigilo. O GNDH ressaltou, inclusive, que muitos profissionais de saúde participantes desses ensaios não estão conseguindo se habilitar para a dose de reforço.

Quanto aos vacinados no exterior, embora os países disponham de documentos oficiais com mecanismo de conferência de autenticidade, não há orientação de como informar ao Ministério da Saúde a realização de imunização, parcial ou completa, no estrangeiro.

Íntegra

[Ofício nº 265/2021/CNF/GIAC-COVID19](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19; Ministério da Saúde; Grupo Nacional de Direitos Humanos

Anvisa se reuniu com representantes da USP para conhecer proposta de vacina contra a covid-19 na forma de spray

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária se reuniu, na última terça-feira (19), com representantes do Laboratório de Imunologia do Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Segundo a autarquia, o encontro teve como finalidade conhecer proposta de vacina contra a covid-19, em desenvolvimento pela USP, na forma de spray.

O projeto encontra-se nas etapas de laboratório e de testes com animais. Não há, até o momento, previsão de solicitação de autorização para realização de estudos clínicos em humanos.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Câmara dos Deputados promoveu debate sobre os impactos da pandemia na primeira infância

A Comissão Externa sobre Políticas Públicas para a Primeira Infância promoveu debate, na última segunda-feira (18), sobre o forte impacto da pandemia nas crianças de 0 a 6 anos.

De acordo com o Diretor de Políticas e Direitos das Crianças do Instituto Alana, Pedro Hartung, a crise sanitária deixou cerca de 12 mil crianças brasileiras órfãs. Além disso, verificou-se o agravamento da insegurança alimentar e fome nas famílias com conseqüente sequela no desenvolvimento infantil.

A Oficial de Desenvolvimento da Primeira Infância do Unicef, Maíra Souza, também participou do encontro e apresentou os seguintes resultados de pesquisa realizada, em parceria com o Ibope e o Instituto de Pesquisas Cananea:

- 63% da população entrevistada, entre os que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, tiveram decréscimo da renda familiar durante a crise sanitária

- 6% mencionaram que deixaram de comer porque não havia dinheiro para comprar mais comida

Segundo Maíra, a pandemia terá repercussões de curto e longo prazo no desenvolvimento das crianças: "a primeira infância é uma população imensa, de mais de 20,6 milhões de crianças, e nós já temos diversas evidências que mostram que a pandemia de Covid-19 teve repercussões a curto e longo prazo no bem-estar e no desenvolvimento das crianças desde a gestação (...) Elas são e foram as mais afetadas pelos impactos secundários, tanto pela interrupção dos serviços como na educação infantil, como na saúde materna, que acabaram colocando a vida das crianças em risco".

Acesse [aqui](#), a íntegra do debate.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Conass divulgou locais de testagem para detecção do vírus Sars-CoV-2 no Espírito Santo

Até 31 de dezembro, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) testará, por meio do exame RT-PCR, a população capixaba. Consoante informações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, os testes para detecção do vírus Sars-CoV-2 poderão ser realizados por livre demanda ou por [agendamento on-line](#).

Além da Ufes, a previsão é que o Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo (Crefes) também inicie, na quarta-feira (20), a testagem em massa para covid-19.

Para a consulta de mais locais disponíveis, no estado de ES, para a realização de testes de antígeno e RT-PCR, clique [aqui](#).

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Edição de outubro do Boletim BiblioCovid reuniu artigos sobre segurança alimentar e a covid-19

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou, na quarta-feira (20), a edição de outubro do Boletim BiblioCovid. A publicação deste mês apresenta dez artigos científicos sobre o tema "[Segurança Alimentar e Covid-19](#)".

Interessados poderão sugerir temas para os próximos boletins. Para tanto, basta acessar o formulário eletrônico "[Rede de Bibliotecas Fiocruz – Levantamento de Demanda de Pesquisadores](#)".

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

OMS alterou grupos de variantes do vírus Sars-CoV-2

Segundo informações do Instituto Butantan, a Organização Mundial da Saúde (OMS) promoveu alterações no grupo de variantes do vírus Sars-Cov-2, causador da covid-19. Com as mudanças, apenas as cepas lambda e mu continuam enquadradas como variantes de interesse (VOI).

As cepas eta, iota, kappa foram reclassificadas como "ex-VOIs" e passam a integrar nova categoria criada pela OMS e intitulada "Variantes Sob Monitoramento" (VUM): "a nova categoria compreende cepas que podem alterar geneticamente o vírus e representar um risco futuramente, mas que ainda exigem novas avaliações antes de se tornar uma VOI ou VOC (variante de preocupação na sigla em inglês, em referência às cepas mais transmissíveis e que provocam infecções mais graves de Covid-19). Apesar das mudanças nas VOI e da criação das VUM, as VOC seguem as mesmas: alfa, beta, gama e delta (...) A decisão de alterar a classificação das variantes aconteceu depois de uma criteriosa avaliação de especialistas e do Grupo de Trabalho de Evolução do Vírus SARS-CoV-2, ligado à OMS. A mudança foi baseada na incidência e prevalência das variantes entre as amostras sequenciadas ao longo do tempo, entre as mais diferentes localizações geográficas, e na detecção da presença ou ausência de fatores de risco" esclareceu o Butantan.

A VOC Delta continua sendo a variante de maior circulação pelo mundo, representando cerca de 90% das infecções, consoante dados de 15 de junho a 15 de setembro.

Fonte: Instituto Butantan

Ministério da Saúde anunciou, na terça-feira (19), queda na média móvel de mortes e casos por covid-19

O Ministério da Saúde noticiou, na terça-feira (19), a queda de 87,3% na média móvel de óbitos por covid-19 em comparação ao pico da pandemia. Em 18 de outubro, a média móvel foi estimada em 379,5 óbitos, menor índice do ano. Em contrapartida, a maior média móvel de mortes decorrentes do vírus Sars-CoV-2 foi registrada, em 19 de abril, quando o índice correspondia a 3 mil.

Na última segunda-feira (18), a média móvel de casos observada, também, foi a menor do ano: 12,3 mil. De acordo com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a mudança no cenário pandêmico deve-se à campanha de vacinação contra o novo coronavírus, que será mantida em 2022 e contará com cerca de 354 milhões de doses para imunização da população: "nós já temos assegurado mais de 300 milhões de doses para vacinar a nossa população. É uma vacinação um pouco diferente do que aconteceu em 2021, porque não é uma vacinação primária. Mas, o mais importante é: teremos doses de vacinas para todos, e teremos o SUS".

A pasta da Saúde encomendou, até o momento, mais de 550 milhões de doses de vacinas contra a covid-19. Desse total, 310 milhões foram entregues aos estados e ao Distrito Federal.

Ministério da Saúde disponibiliza curso voltado à reabilitação de pacientes com condições pós-covid

Em razão da ocorrência de sequelas ocasionadas pelo novo coronavírus em pacientes que se recuperaram da doença, a Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência/DAET/SAES, em parceria com outras áreas do Ministério da Saúde, produziram o curso "Reabilitação de pacientes com condições pós-

covid".

O curso objetiva compreender as consequências e impactos da covid-19, bem como reconhecer estratégias de reabilitação e orientações quanto às necessidades de intervenção aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A capacitação possui carga horária de 45h e é gratuita. Para inscrição e mais informações, acesse o [link](#).

Panorama da vacinação contra a covid-19 no Brasil (dados extraídos em 20 de outubro de 2021)

- 320.004.887 milhões de doses distribuídas às Unidades da Federação
- 259.937.358 milhões de doses aplicadas
- 151.912.237 milhões de indivíduos foram imunizados com a primeira dose
- 108.025.121 milhões de indivíduos integralizaram o esquema vacinal

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 19 de outubro de 2021, informam que o Brasil registra 21.664.879 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 603.855 mil óbitos decorrentes da doença.



Fonte: Ministério da Saúde

Representantes da CPI da Pandemia apresentaram relatório com a conclusão dos trabalhos da Comissão

Foi apresentado, na quarta-feira (20), o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia). De acordo com o Senado Federal, a votação do documento, que será nominal e ostensiva, está prevista para ocorrer na próxima terça-feira (26).

O relatório, decorrente de quase seis meses de trabalho, identificou a ocorrência de 29 tipos penais e

sugeriu o indiciamento de 66 pessoas, além de apontar o cometimento de atos lesivos à administração pública por duas empresas.

Fonte: Agência Senado

Ministério da Saúde se comprometeu a assegurar a integralização do esquema vacinal contra a covid-19 em todos os estados brasileiros

Mediante acordo firmado no âmbito da [Ação Cível Originária \(ACO\) 3520](#), em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério da Saúde pactuou o compromisso de assegurar a integralização do esquema vacinal contra a covid-19 da população do estado da Bahia e de todos os estados brasileiros, observadas as informações técnicas da pasta acerca do cálculo da quantidade de doses para distribuição.

De acordo com o STF, a PGE da Bahia aduziu, na ACO 3520, a necessidade de compensação de mais de um milhão de doses aos municípios baianos que receberam menos vacinas em razão dos critérios de distribuição estipulados pelo Ministério da Saúde: "A Procuradoria-Geral do Estado da Bahia sustenta que, inicialmente, as vacinas foram distribuídas aos estados com maior contingente de grupos prioritários e, posteriormente, o critério foi adequado para abranger o restante da população em ordem decrescente de idade. A partir dessa alteração, os estados que receberam menos doses na fase inicial deveriam ser compensados".

Consoante declarado pela União, em até 10 dias, será dado andamento ao processo SEI relativo à equalização de doses da vacina na Bahia e às questões firmadas no acordo.

Presidente do STF restabeleceu efeitos de decreto que exige a comprovação da vacinação contra a covid-19 para acesso e permanência em estabelecimentos de Macaé/RJ

Ao apreciar a Suspensão de Liminar nº 1.482/RJ, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luiz Fux, suspendeu a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Janeiro, no âmbito da Representação de Inconstitucionalidade nº 0071495-70.2021.8.19.0000, que havia sustado a eficácia do Decreto Municipal nº 221, de 9 de setembro de 2021, cujo conteúdo prevê a obrigatoriedade de comprovação da vacinação contra a covid-19, como medida sanitária de caráter excepcional, para o acesso e permanência em determinados estabelecimentos de Macaé/RJ.

Segundo a decisão, tratando-se de ato normativo expedido no exercício de competência legítima do município, amparado em dados técnicos e científicos, e inexistindo desproporcionalidade ou irrazoabilidade no seu conteúdo, impõe-se o restabelecimento da eficácia da norma, até deliberação ulterior.

Íntegra

[Decisão](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Outras notícias de destaque

- [Segundo a Casa Civil da Presidência da República, medidas de estímulo à economia para mitigação dos efeitos da pandemia atingem R\\$ 1,169 trilhão](#)
- [Com o objetivo de cooperar para a segurança alimentar de comunidades indígenas, durante a pandemia ocasionada pela covid-19, Funai entregou cerca de 3 mil cestas básicas aos índios Xavante do município de Barra do Garças \(MT\)](#)

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

- [De acordo com o Instituto Butantan, dados preliminares sobre a imunidade da população de Serrana/SP mostraram soroconversão estimada em 99%, três meses após a segunda dose da CoronaVac](#)

Fonte: Instituto Butantan

- [Comissão de Assuntos Econômicos \(CAE\) aprovou operação de crédito estimado em 350 milhões de euros para programa emergencial de apoio à renda de populações afetadas pela covid-19](#)

Fonte: Agência Senado

- [STF mantém confidencialidade de documentos sigilosos da CPI da Pandemia](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Extrato de Acordo](#) - Pesquisa por meio de Estudo Clínico celebrado entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) e Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. Objeto: avaliar a vacina de mRNA Sars-CoV-2 de titularidade da Sanofi Pasteur, de acordo com um protocolo específico, em relação à imunogenicidade e segurança da formulação do imunizante em humanos adultos saudáveis com 18 anos de idade ou mais.

[Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021](#) - Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 235.348.850,00 (duzentos e trinta e cinco milhões trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta reais), para enfrentamento do novo coronavírus e seus impactos.

[Resolução RE nº 3.790, de 4 de outubro de 2021](#) – Defere estudo multicêntrico de fase I/IIa sobre o uso de células estromais mesenquimais no tratamento de pacientes com pneumonia por Sars-Cov-2.

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informações atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac)
Ministério Público do Trabalho

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil
Agência Nacional de Energia Elétrica
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Agência Nacional de Saúde Suplementar
Agência Nacional de Telecomunicações
Agência Nacional de Transportes Terrestres
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Casa Civil da Presidência da República
Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Conselho Nacional de Secretarias Municipais
Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Conselho Nacional de Saúde
Controladoria-Geral da União
Fundo Nacional de Saúde (Painel de Repasses Covid-19)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Observatório de Tecnologias Relacionadas à Covid-19)
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Cidadania

Ministério da Defesa (Operação Covid-19)
Ministério da Economia
Ministério da Educação
Ministério da Justiça (Relatório Situacional Covid-19)
Ministério de Minas e Energia (Boletim de Monitoramento Covid-19)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Saúde
Ministério da Saúde (Documentos sobre o PNO)
Ministério da Saúde (Localiza SUS)
Ministério da Saúde (Saúde Indígena)
Ministério do Turismo
Presidência da República (Atos normativos sobre a covid-19)

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Superior Tribunal de Justiça
Supremo Tribunal Federal

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados
Senado Federal

Demais instituições

Associação Médica Brasileira
Confederação Nacional de Municípios
Conselho Federal de Farmácia
Conselho Federal de Medicina
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Repositório de decisões, legislação, manifestações da Anvisa, pareceres do Natjud e estatísticas referentes à covid-19)
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Butantan
Organização Mundial de Saúde
Organização Pan-Americana da Saúde
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Tribunal de Contas da União